

ETNOGRAFIA E QUESTÕES SÓCIO- AMBIENTAIS: ESBOÇO DE UMA ANTROPOLOGIA SIMÉTRICA DA PAISAGEM¹

Pedro Castelo Branco Silveira*

Este artigo trata do uso da etnografia numa chave teórico-metodológica que procura tratar das relações entre natureza e cultura como uma zona de fronteira entre disciplinas acadêmicas. A fronteira abordada, no caso, é entre a antropologia e a ecologia. É uma proposta de análise sócio-ecológica a partir do cruzamento de diferentes formas de produção de conhecimento sobre a paisagem, vista como um campo híbrido onde se relacionam humanos e não-humanos.

A formulação desta proposta parte de minha inserção no campo de estudos que há não muito tempo passou a se chamar *questões sócio-ambientais*², que leva ao questionamento da “divisão acadêmica do trabalho” que separou o estudo do “social” do estudo

do “natural”, dando feudos diferentes para cientistas naturais e cientistas sociais.

Essa divisão há algum tempo parece ter perdido seu poder explicativo³. Assim, se ela não fornece maneiras satisfatórias de traduzir o mundo, o saber acadêmico precisa beber na fonte do senso comum, do “bom senso” de que fala Clifford Geertz (1996), e procurar novas formas de olhar para o mundo. Como veremos à frente, não pretendo tecer fronteiras radicais entre a produção de conhecimento científico e não-científico, sendo na base da pesquisa etnográfica que diferentes modos de produção de conhecimento serão confrontados.

Mas por que o termo “processos sócio-ecológicos”? Ele busca fundir o campo do

* Pesquisador do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco; Doutorando em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. E-mail: pedro.silveira@fundaj.gov.br

"social" e do "ecológico" numa abordagem unificadora, ao mesmo tempo não-reducionista (o ecológico determina o social) e fugindo de um paralisante relativismo absoluto (o ecológico é só uma construção). Tarefa ambiciosa, esta, dadas as fissuras talvez incontornáveis entre disciplinas nesta divisão social do trabalho acadêmico a que nosso pensamento nos conduz. De qualquer forma, assumo que estou partindo de uma dicotomia para tentar rompê-la, correndo inclusive o risco de reafirmá-la no percurso. Ou seja, fujo de uma separação que insiste em aparecer nas práticas discursivas que me rodeiam. Daí a honestidade do "sócio-ecológico", assim, misto de justaposição e síntese, uma nova-velha palavra. A separação pode aparecer ou desaparecer conforme o eixo de análise.

Procedo então o uso do termo "hibridismo" para caracterizar a abordagem que busco. Mais que um hibridismo de disciplinas, que se encontra um tanto desgastado pelas diversas formas de multi-inter-transdisciplinaridade, tentadas nas últimas duas décadas – e que no fundo acabaram gerando novas "disciplinas interdisciplinares" - procuro um hibridismo de práticas de sentido, o que me faz tentar ultrapassar o campo acadêmico e cruzar conhecimentos. O instrumental utilizado é o da antropologia social que, na sua tentativa sempre frustrada de "apreender o ponto de vista do nativo", têm inventado interessantes processos relacionais. (Viveiros de Castro, 2002; Goldman, 2003).

Assim, nas próximas seções, trata de: 1) as formas como o "ecológico" ou o "ambiental" foi tradicionalmente tratado na antropologia; 2) a forma como o "social" ou o "humano" foi tradicionalmente tratado na ecologia; 3) a relação entre conhecimento científico e não-científico; 4) a perspectiva da disciplina ecologia de paisagens; e 5) uma possível etnografia da paisagem; 6) uma conclusão indicando desdobramentos metodológicos

1. O ecológico na antropologia

Evans-Pritchard (1993) etnografa os Nuer vivendo suas relações sociais de parentesco

e circulação de gado em um ambiente peculiar, a savana africana, com seus ciclos sobre os quais as personagens constroem sua noção de tempo e espaço. O ambiente, para Evans-Pritchard, era um cenário onde se desenvolvia a vida estrutural-funcionalmente regulada dos Nuer. O ambiente limitava as possibilidades da criatividade cultural Nuer, e ela respondia de uma das muitas maneiras possíveis. Uma sociedade em homeostase existindo em condições ecológicas constantes, assim é a realidade mostrada por Evans-Pritchard. O recorte sincrônico garantia a estabilidade da explicação.

Ambiente como fator limitante, criatividade cultural, homeostase na relação dos homens entre si e com seu meio. É assim também que Mauss (2003) analisou a ecologia esquimó. E assim criou-se uma tradição na antropologia social em que o "social" é ativo e criativo, e o "ecológico" é passivo e limitante. A tarefa dos antropólogos seria entender o "social". O que sobra, a monotonia do "natural", pode ser perfeitamente descrito em um capítulo denominado Ecologia (Evans-Pritchard, 1993; Leach, 1995).

Outros autores preferiram focar a natureza como uma construção social do grupo estudado. Assim, a relação dos homens com os animais na Inglaterra do século XVIII é um reflexo da relação entre os homens (Thomas, 1989); os tabus alimentares são conseqüências de reconhecimento de características humanas em animais (Douglas, 1966); o parentesco mítico com animais só tem sentido se analisado face à morfologia social (Radcliffe-Brown, 1973). Ou seja, o mundo não humano só interessa para o estudo das relações entre os homens.

Desta maneira, na antropologia social européia encontramos uma tradição de separação analítica entre o "natural" e o "social", em que o primeiro é passivo porém limitante, e o segundo é ativo e uma exclusividade humana, sendo o foco do estudo. Interessa primordialmente como o "natural" é pensado pelo "social", o que leva a uma visão do não-humano como representação social. Na antropologia cultural americana até a

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

década de 1970, parte-se da tradição boasianna de conceber múltiplas culturas com múltiplas histórias para chegar a conclusões convergentes com a antropologia social europeia. Estamos falando da ecologia cultural de Julian Steward (1968). Aqui os homens reagem ao ambiente com *estratégias adaptativas* diversas, e o que interessa é a análise comparada das estratégias⁴. A tecnologia é considerada fator cultural determinante em detrimento das representações sociais, tão caras à antropologia social europeia. A noção de *estratégias adaptativas* assim formulada também pressupõe uma certa homeostase social em acordo com o equilíbrio ambiental. E quando a cultura do “primitivo” ou do “camponês” é transformada pela entrada do capitalismo, o equilíbrio do sistema social pode ser quebrado, trazendo o colapso cultural e incorporação ao capitalismo (Redfield, 1949).

Tanto na abordagem clássica dos antropólogos sociais quanto na dos antropólogos culturais, o não-humano existe como algo externo à sociedade, equivalente ao conceito de *ambiente*. Este ambiente tem poder explicativo próprio em sua exterioridade, podendo funcionar como *fator limitante* ou alvo de *estratégias adaptativas*.

A partir dos anos de 1980 e, mais acentuadamente a partir dos anos de 1990, o fator ecológico parece começar a assumir outro papel na antropologia. Por um lado a antropologia social começa a desconstruir a dicotomia natureza/ cultura a partir de estudos etnográficos (Descola, 1994; Overing, 1996; Viveiros de Castro, 1998). Se diversos grupos sociais vêem sua relação com o mundo não-humano de outras formas que não a separação ontológica entre natureza e cultura, então tal separação deve ser revista pelos antropólogos. Ou seja, começa a esboçar-se nos trabalhos de antropólogos como Philippe Descola (Descola e Pálsson, 1996) e Eduardo Viveiros de Castro (2002) a noção de um *social ampliado*, de que humanos e não humanos fazem parte. Este *social ampliado* traz certa consonância com a tese de Latour (1994) de que a *antropolo-*

gia simétrica por ele proposta deve romper a dicotomia entre sujeitos e objetos.

Por outro lado, a antropologia cultural gera nos anos 1990 uma nova antropologia ecológica, surgida no seio do envolvimento de antropólogos nas *questões sócio-ambientais*, principalmente aquelas relacionadas ao uso e conservação de recursos naturais pelas assim batizadas *populações tradicionais* (Redford e Padoch, 1992; para uma revisão, ver Viveiros de Castro, 1996). Assim, taxonomias, cosmologias e teorias indígenas perdem seu caráter de superestrutura e passam a ter uma dimensão adaptativa. Ecologias indígenas passam a ser levadas em conta seriamente no estudo de estratégias de manejo (Berkes, 1999). Esta mesma vertente passa a mostrar que a própria floresta é moldada por ação cultural dos grupos humanos (Posey, 1983; Balée, 1992). Ou seja, postula-se que a cultura pode causar natureza⁵. Dá-se valor aí ao “conhecimento ecológico tradicional” ou “etnoconhecimento”, como parte de lutas políticas para definição do detentor do conceito de biodiversidade, em um momento em que biodiversidade transforma-se em poder.

Após tantos anos de separação ontológica nos estudos acadêmicos, os antropólogos procuram hoje operar a desconstrução da dicotomia natureza/ cultura, reposicionando a disciplina quanto a esta questão. A “natureza” não parece mais tão estática e monótona, não é nem uma construção social nem um fetiche das relações entre os homens. Não é também um fator instintivo de determinação de comportamento. É um novo *outro*? Um novo *nós*? Ou é simplesmente um conceito que não faz sentido? O campo está aberto a proposições.

2. O humano na ecologia

A história da ecologia no século vinte é profundamente ligada ao diálogo com a economia, com uma intensa apropriação e intercâmbio de modelos entre a primeira e a segunda. A teoria da evolução, como “mito fundador”, pegou de empréstimo modelos de maximização da economia, e a devolveu na

forma de darwinismo social. Este foi inspirador dos primeiros antropólogos e fantasma dos seguintes. O ser humano como uma graduação de raças em evolução cultural me parece ser, portanto, muito mais uma produção de darwinistas sociais do que de biólogos evolucionistas. A nova síntese da teoria da evolução, pelo contrário, trouxe a idéia de evolução como transformação no tempo, não necessariamente de melhora. Esta transformação se daria por adaptação ao ambiente ou por motivos casuais.

Falemos um pouco de como o humano aparece nas diversas linhas da ecologia. Na *ecologia de populações* e na *ecologia de comunidades*, presume-se que a frequência de genes em uma população biológica, a frequência de indivíduos de uma espécie em uma comunidade biológica, ou mesmo a composição das espécies de uma comunidade biológica mudam no tempo. (Begon et al, 1990). As populações e comunidades biológicas foram primeiro vistas como equilibradas e auto-reguladas, inclusive com mecanismos previsíveis de sucessão de espécies em uma comunidade. O ser humano apareceu historicamente nestes ramos da ecologia como um fator a ser isolado para não contaminar a análise das dinâmicas ecológicas. A ação humana sobre os processos ecológicos é vista assim como ruído na coleta de dados, um fator de perturbação de processos naturais.

Na *ecologia comportamental* (Krebs e Davis, 1996), uma linha da ecologia que pretende explicar o comportamento de animais por modelos de adaptação, há uma maior tendência a buscar determinismos, agora genéticos, para os comportamentos animais. Autores como Richard Dawkins (1979) e Edward O. Wilson (1975) têm grande prestígio no campo da ecologia comportamental. O último criou a disciplina Sociobiologia, que postula que grande parte dos comportamentos animais- e humanos- são de origem genética e adaptativa. O ser humano aparece aí como mais uma espécie, com suas características próprias, mas sujeito às mesmas

regras naturais que as outras espécies- inclusive a de ser escravo de seus genes.

A *ecologia de ecossistemas*, outra das grandes áreas da ecologia, trata basicamente de fluxos sistêmicos de energia e matéria. É uma linha que ganhou grande popularidade nos anos de 1970 a partir da difusão do livro-texto de Eugene Odum (1953). Os humanos estão incluídos na análise como outro fator qualquer do sistema, gerando biomassa e energia. Os sistemas ecológicos foram vistos como homeostáticos; é daí que vêm os principais argumentos científicos para o conceito de equilíbrio da natureza. Uma radicalização da ecologia de ecossistemas é a "hipótese Gaia", que trata do Planeta Terra como um superorganismo capaz de se auto-regular.

Em resumo, nas linhas da ecologia comentadas acima o fator humano pode ser visto como um ruído no estudo de processos naturais, ou como espécie, preso à sua natureza biológica, ou como participante de fluxos de energia e matéria. No segundo caso, não se trata de relações com seres de outra natureza (outras espécies); no primeiro e no terceiro caso, há uma idéia de equilíbrio natural instituído ou possível. O ser humano é um agente desestabilizador do sistema, um elemento externo que não evoluiu com os sistemas e comunidades estudados.

Nos últimos anos a noção de *equilíbrio ecológico* tem sido criticada na ecologia. Alguns autores passam a duvidar da existência de comunidades estáveis (Pimm, 1991), de processos determinísticos de sucessão ecológica e mesmo da capacidade preditiva dos modelos ecológicos.

Se fatores casuais estão lado a lado da adaptação na evolução das espécies, se o ambiente que seleciona genótipos adaptados é instável e se a genética compreende processos tão sutis e desconhecidos, então alguns ecólogos passaram a tomar os processos ecológicos como processos complexos, de previsibilidade apenas aproximada. Holling (1978) afirma que não só a ciência ecológica é incompleta, mas o próprio siste-

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

ma estudado é um alvo móvel. Está surgindo, portanto, uma ecologia que trata de processos complexos, que se afasta da idéia de sistemas em equilíbrio. Nesta nova vertente ecológica, a ação humana pode potencialmente ser analisada como parte integrante dos processos ecológicos. Scoones (1999) critica a antropologia que dialoga com a ecologia o equilíbrio, e procura compreender os diálogos possíveis entre as ciências sociais e esta “nova ecologia”.

No plano das aplicações da ecologia, há uma série de discussões político-acadêmicas. Ecólogos com uma posição política conservacionista têm defendido a conservação de grandes áreas sem a presença humana, na forma de unidades de conservação tais como os Parques Nacionais (Terborgh, 2002). Esta posição baseia-se na idéia de ser humano como agente externo aos processos ecológicos; a manutenção de tais processos só se daria pela exclusão da ação humana. (ver Silveira, 2001). Com esta posição política, separam-se ontologicamente *problemas ambientais* e *problemas sociais*. Os ecólogos conservacionistas que têm esta posição estão preocupados apenas com os *problemas ambientais*.

Outra linha teórica, a agroecologia (Altieri, 1989), estuda os sistemas transformados pela ação humana e procura as possibilidades de manutenção das funções essenciais dos sistemas agrícolas, baseado na idéia de *sustentabilidade*. Projetos aplicados de agroecologia, postos em prática por ONGs, movimentos sociais e pesquisadores, têm sido bem-sucedidos em incorporar conhecimentos locais e científicos na criação de conhecimentos híbridos pragmáticos na conservação de solos, uso de técnicas alternativas a agrotóxicos e desenvolvimento de sistemas resilientes. Apesar disso, parece haver pouca sistematização dos resultados destes processos sócio-ecológicos.

Outras vertentes de ecologia de cunho aplicado, como as que lidam com *manejo de ecossistemas* e com *recuperação de áreas degradadas*, têm encontrado dificuldades em trabalhar com modelos determi-

nistas, e cada vez mais procuram integrar análises sociais para funcionarem na prática. A idéia de *manejo adaptativo* (Holling, 1978), em que as estratégias vão sendo adaptadas a partir do monitoramento do manejo, tem ganhado força.

Há mais dois campos relativamente recentes da ecologia que têm incorporado a ação humana na análise. Os *estudos de biodiversidade* (Gaston e Spicer, 1998) têm se preocupado com questões políticas e estratégicas relacionadas à conservação e uso da diversidade biológica, e a *ecologia de paisagens* tem trabalhado em escalas em que a ação humana não pode ser ignorada (Metzger, 2001). O uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) em ecologia de paisagem permite integrar dados sociais de forma interessante. Estes dois campos prometem frutos importantes no estudo de processos sócio-ecológicos. Falaremos à frente da ecologia de paisagens, em especial.

Do imbricamento de ecologia com ciências sociais têm surgido algumas ecologias híbridas, tais como a etnoecologia (Toledo, 1992; Marques, 1996), preocupada com os sistemas de classificação, uso e conservação ambiental por populações indígenas e tradicionais; e a ecologia humana (para uma revisão, ver Begossi, 1993), que tem uma vasta gama de interesses, desde a aplicação de modelos ecológicos à ação humana até a compreensão das dimensões humanas das mudanças climáticas globais.

Em resumo, a ecologia tem se deparado atualmente, no plano teórico, com a desconstrução da idéia de equilíbrio dos ecossistemas, com a exploração de modelos de complexidade e com o questionamento dos modelos preditivos deterministas. No plano aplicado, há um crescente reconhecimento de que fatores sociais devem ser levados em conta em estratégias de manejo, recuperação e sustentabilidade.

3. O conhecimento científico e o conhecimento local

Os estudiosos da etnobiologia passaram décadas tentando mostrar que o que eles

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

chamaram de *conhecimento tradicional*, ou *etnoconhecimento*, tinha um grau de verdade similar ao chamado conhecimento científico. Uma tarefa nobre, a de advogar pela legitimação dos saberes e práticas, a respeito de processos ecológicos e de formas de se lidar com o ambiente, produzidos por o que se convencionou chamar de *populações tradicionais*, *populações locais* ou, em alguns casos, *povos indígenas*.

Essa busca parte, me parece, de um desconforto com as respostas que a ecologia enquanto disciplina científica dava para as crescentes preocupações ambientais que surgiram no final do século XX, somado com a subsequente visibilidade que os chamados *povos da floresta* tomaram como agentes políticos, principalmente após a conferência Rio-92. Trabalhos como os de Posey (1983), Berlin (1992), Toledo (1992), Marques (1996), Balée (1992) e Berkes (1999), para citar alguns, procuram dar visibilidade e status científico ao conhecimento ecológico dos grupos estudados.

Ao longo do tempo algumas críticas surgiram, e são questões que os próprios pesquisadores da etnobiologia têm sido obrigada a repensar. A primeira delas vem dos chamados estudos de ciência, no sentido de, em primeiro lugar, desconstruir a idéia da ciência ocidental como parâmetro de validação. Trabalhos como o de Latour (1999) e outros têm procurado um olhar sócio-antropológico sobre o processo de produção científica. Deriva-se daí um questionamento, este oriundo da antropologia social, sobre se a melhor maneira de legitimar o dito *conhecimento tradicional* é submetê-lo às regras da ciência. Descola e Pálsson (1996, p. 85) questionam, por exemplo, as equivalências encontradas entre os sistemas taxonômicos nativos e os científicos.

Ao lado disto, reside a constatação de que, pelas suas próprias regras, a ciência presta-se a uma constante auto-refutação, seja em termos de Popper (1959) ou de Kuhn (1970). O conhecimento tradicional foi visto pelos estudiosos da etnobiologia como mo-

nolítico, uma sabedoria de longa data, passada entre gerações, o que o tornaria, ao contrário da tese proposta, de natureza diversa do chamado conhecimento científico.

Descola e Pálsson (1996), no mesmo artigo acima citado, dizem que:

“a classificação das plantas e animais é apenas um aspecto limitado da objetivação da natureza, este processo pelo qual a cultura doa, com um grau particular de solenidade, certos atributos de seu ambiente e certas formas de relação com ele. Para compreender tal processo, deve-se levar em conta dimensões como as ontologias dos seres não-humanos, as representações espaciais dos domínios sociais e não-sociais, as prescrições e proscricções rituais a respeito dos seres, etc.”⁶

Assim, sem deslegitimar o conhecimento científico como importante forma de conhecimento contemporâneo, torna-se urgente pensar em novas formas de legitimação de outras formas de conhecimento. Penso, remetendo-me novamente a Latour e Viveiros de Castro, que esta forma de legitimação passa por repensar a forma de legitimação do assim chamado conhecimento científico. Ou seja, o que proponho aqui é pensar em uma nova base comum possível entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento, advogando que a contextualização que Descola julga necessária para os estudos etnobiológicos também é necessária para a produção científica, se queremos relacioná-la com outras formas de conhecimento. E esta contextualização pode ser feita por meios etnográficos (ver Velho, 2001).

Minha argumentação aqui é de que mesmo se os conhecimentos científicos têm suas especificidades, eles podem ter uma base mínima de diálogo, comparação ou justaposição com os conhecimentos “não-científicos” (Almeida, 1999). Este “pôr em relação” presume, entretanto, uma contextualização etnográfica de todas as formas de conhecimento envolvidas, e não uma simples validação do conhecimento não-científico a partir de algumas conclusões convergentes com o conhecimento científico.

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

4. Verdade científica e ecologia política

É claro que, em um mundo em que o conhecimento científico é considerado, no plano político, como Verdade, pode ser uma grande vantagem política a legitimação do conhecimento tradicional na chave acima criticada. Entretanto esta argumentação começa a não funcionar mais no plano da ecologia política. Após mais de uma década da Rio 92, encontramos hoje uma problematização da retórica das populações indígenas e "tradicionais" como preservacionistas natos. Alguns projetos de "etnoconservação" tem sido vistos como mal-sucedidos, outros como bem sucedidos mas de difícil auto-sustentação econômica sem financiamentos externos. Alguns são vistos como bem sucedidos. O que ocorre, em minha opinião, é a dificuldade de avaliar, no período de 10 ou 15 anos, os resultados, em termos ecológicos, de propostas do tipo "manejo comunitário de recursos naturais". Além disso, talvez seja uma crueldade etnocêntrica exigir que os "ex-bons selvagens ecológicos" se transformem em "bons-empresários ecológicos". Se conservação rima com capitalismo ou não, este é um tema que escapa dos objetivos deste capítulo.

As críticas aos projetos de "etnoconservação" geraram uma batalha eco-política que tem implicações importantes em termos da relação entre conhecimentos científicos e não-científicos. Por um lado prestam-se ao fortalecimento de propostas de conservação sem a presença humana, que pediriam decisões centralizadas e uso de força policial (Terbourgh, 2002; Brandon et. al, 1998). Por outro lado, existe uma produção científica que advoga que os projetos de conservação com participação de populações locais podem mascarar práticas de dominação (Escobar, 1996, Agrawal, 1995; Nygren, 1999; Nugent, 2003) que terminariam por prejudicar as próprias populações locais. Por um lado, uma desqualificação pragmática do "conhecimento tradicional" e um reforço do cientificismo e do centralismo. De outro, a declaração da impossibili-

dade de diálogo de saberes por sua incomensurabilidade e/ou pela desequilíbrio de forças entre as partes em comunicação.

Há, entretanto, uma produção interdisciplinar recente, de raízes principalmente antropológicas, que trata dos conhecimentos como multi-referenciais, híbridos, como uma característica do mundo contemporâneo (seja isto positivo ou negativo...). Penso que isto começa com o ensaio de Latour (1994) afirmando que "jamais fomos modernos", e que o processo de purificação (o oposto da hibridação) que caracteriza o pensamento moderno se desconstrói face ao mundo contemporâneo de forma que se percebe que ele nunca foi a única forma de operação do pensamento "ocidental". Assim, a antropologia esboça um movimento em direção ao estudo do "híbrido":

"hoje procuramos locais para testar nossas teorias onde pelo menos alguns de seus habitantes são crioulos, cosmopolitas ou cyborgs, onde as comunidades são diásporas e as fronteiras na realidade não imobilizam mas, curiosamente, são atravessadas. Frequentemente é nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem, e hibridez e colagem são algumas de nossas expressões preferidas por identificar qualidades nas pessoas e em suas produções. (Hannerz, 1997)"

Assim, existe uma tendência atual de recusar a idéia de "conhecimentos tradicionais" enquanto entidades puras e monolíticas e tratar de processos sociais que envolvem a produção e transmissão de conhecimentos. O "tradicional" estaria no processo, não no tipo de conhecimento (Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, comunicação pessoal). No Brasil, isso se reflete inclusive em algumas políticas públicas, como no reconhecimento de Patrimônios Imateriais pelo Ministério da Cultura, neste início dos anos 2000.

Cunha e Almeida (2001) mostram como o ecologismo entrou na agenda da luta por reforma agrária dos seringueiros amazônicos, desconstruindo a visão "estrangeira" dos seringueiros como ambientalistas natos, sem tirar o valor ecológico de suas lutas. Para tanto,

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

o foco é, mais uma vez, a etnografia dos processos sociais, que envolvem moradores da floresta, acadêmicos engajados, agências multilaterais, o mercado internacional da borracha, o Governo Federal Brasileiro e uma alta dose dos imponderáveis malinowskianos da vida real.

Parece, portanto, estar ocorrendo, na antropologia, um estreitamento da distância entre o conhecimento antes visto como "tradicional", o conhecimento científico (ele mesmo híbrido de processos objetivantes, concepções de mundo e experiência fenomenológica) e o chamado "senso comum", uma categoria pejorativa, polissêmica e generalizadora para os conhecimentos "não científicos" e "não-tradicionais".

O que encontramos hoje é o questionamento do conhecimento científico como única forma legítima, e com a percepção de que os conhecimentos locais são dinâmicos, inventivos, ligados a cosmovisões mais amplas que a especialização acadêmica se presume (Descola e Pálsson, 1996), mas que são recorrentemente atualizados na prática cotidiana. Mais que isso, passa-se a analisar situações em que há uma multiplicidade de formas de produção de conhecimento, tradicionais, modernas e formas que não se encaixam nestas categorias. Estes contextos híbridos começaram a ser problematizados recentemente.

5. Processos sócio-ecológicos na paisagem

Na pequena revisão feita acima, pudemos posicionar as principais vertentes teóricas da antropologia e da ecologia face à questão dos processos sócio-ecológicos. Vimos que as separações disciplinares neste campo tendem a ser minadas em ambas as disciplinas. Me parece ser, no entanto, na colaboração entre ecólogos, antropólogos e populações locais, em situações concretas em que são colocadas questões políticas, culturais e ambientais, enfim, questões sócio-ecológicas, que avanços podem surgir (Escobar, 1998). Estas situações têm ocorrido por exemplo em debates sobre a

conservação por *populações tradicionais* (Cunha e Almeida, 2001) e em projetos aplicados de agroecologia (Pretty, 1995, Vários Autores, 2002).

As situações concretas que suscitam tais debates e projetos indicam que: 1) o conhecimento ecológico científico disponível não dá conta, sozinho, de prescrever estratégias de conservação, manejo e uso sustentável da biodiversidade; 2) a visão de natureza como construção social não dá conta de resolver questões sócio-ecológicas concretas; 3) parece necessária a elaboração de novos parâmetros de relação entre conhecimentos científicos e não-científicos, que levem em conta a idéia de hibridismo.

Usar a idéia de *paisagem* numa análise sócio-ecológica é falar de um objeto híbrido de natureza e cultura, cuja análise escapa dos campos tradicionalmente delineados nas ciências naturais e nas ciências sociais. Etnografar a paisagem significa debruçar-se sobre situações concretas em que a separação natureza/cultura pode ser posta em cheque. Na próxima seção, revisarei como a paisagem está presente no campo de estudos denominado *ecologia de paisagens*, para a seguir propor uma relação desta com a etnografia.

6. A ecologia de paisagens

Uma pista da utilidade do uso da idéia de paisagem como objeto híbrido é o fato dos ramos disciplinares que tratam do assunto serem geralmente zonas de fronteira das disciplinas. A ecologia de paisagens é um bom exemplo disto. A disciplina é um ramo relativamente recente da ecologia e tem uma dupla origem, a primeira na Geografia Humana alemã e do Leste Europeu nos anos de 1930 (Troll, 1939; ver Bastian, 2001; Metzger, 2001), e a segunda nos anos de 1980, que corresponde a uma retomada, agora por ecólogos norte-americanos (Forman e Godron, 1986; ver Metzger, 2001), influenciada pela teoria da biogeografia de ilhas (Mac Arthur e Wilson, 1967). A ecologia de paisagens é hoje um campo heterogêneo em que os pesquisadores buscam uma identidade disciplinar.

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

As contribuições mais importantes da ecologia de paisagens atual parece ser o reconhecimento da paisagem como um *espaço heterogêneo* (Turner, 1989, 2006; Pickett and Cadenasso, 1995; Metzger, 2001; Bastian, 2001), formado por um *mosaico* de elementos dispostos neste espaço (Metzger, 2001). Procedeu-se então a uma análise horizontal (não-hierárquica) da configuração espacial de uma área, em termos de processos e padrões.

A ecologia de paisagem reconhece também que a *escala* de análise é fundamental para a compreensão da realidade. Isto significa que processos que ocorrem nesse espaço heterogêneo (causando-o e/ou modificando-o) podem ser entendidos diferentemente de acordo com a resolução da análise (por exemplo, um espaço amplo com uma compreensão genérica dos processos, ou um espaço reduzido com compreensão detalhada). Ou seja, a homogeneidade ou a heterogeneidade do espaço é dependente da escala e da resolução. A questão da escala, entretanto, não se limita à dimensão espacial, fala-se também em escala temporal. A ecologia de paisagens lida então com um mosaico espacial de relações ecológicas que se alteram com o tempo, cuja compreensão é dependente de escala.

O uso de fotografias aéreas e imagens de satélite consagrou-se como um dos principais modos dos ecólogos trabalharem com paisagem. De fato, o desenvolvimento das tecnologias de Sistemas de Informação Geográfica e das análises computacionais consistiram em grandes motores para a popularização da ecologia de paisagens, a partir dos anos de 1990. Entretanto, desde suas origens, a visão de representações aéreas do espaço geográfico já estava presente. Troll, já nos anos de 1930, usou fotografias aéreas em sua análise da paisagem da savana da África Oriental (Bastian, 2001).

Alguns autores preferem trabalhar com a idéia de paisagem como uma *macro-escala*, ou seja, um nível de análise hierarquicamente superior a ecossistema. Esta abordagem busca a compreensão de aspectos na chamada *escala regional*, ou seja, processos ecológicos amplos que estão

operando na *escala humana*, mais especificamente na *escala dos impactos humanos na paisagem*. O uso de Sistemas de Informação Geográfica neste caso torna-se praticamente imprescindível.

Apesar do predomínio da macro-escala, as tendências mais recentes da ecologia de paisagens têm sido no sentido de trabalhar com múltiplas escalas, procurando cruzar análises em diferentes escalas (ver Turner, 2005). Metzger (2001, p. 4) chega a afirmar que

“...a ecologia de paisagens não pode ser mais considerada como sendo uma ecologia de macro-escalas. A escala é definida pelo observador, resultando em análises em micro-escalas ou macro-escalas em função, em particular, do tamanho e da capacidade de deslocamento da(s) espécie(s) considerada(s).”

Dessa forma, introduzem-se aí duas idéias básicas: 1) a paisagem é um recorte arbitrário do pesquisador, segundo o tipo de análise desejado; e 2) existem escalas espaciais e temporais para diferentes organismos e processos que fazem parte da paisagem.

Na prática, a principal referência dos ecólogos de paisagens foi a teoria da biogeografia de ilhas (Mac Arthur e Wilson, 1967), que em resumo postula que a distribuição de populações de uma determinada espécie isolada em ilhas obedece a padrões relacionados ao tamanho, formato e distância entre as ilhas. A generalização desta teoria para áreas não insulares (qualquer parte da paisagem em que uma espécie encontra-se isolada pode ser considerada uma ilha para esta espécie) foi uma das bases do ressurgimento da ecologia de paisagens. Esta teoria trouxe à ecologia de paisagem os termos *mancha* (patch), *matriz* (matrix) e *conectividade* (connectivity), e a fez desenvolver uma série de métricas e cálculos relacionadas à disposição de populações e comunidades ecológicas nas paisagens.

A matriz é a unidade predominante na paisagem. Em uma paisagem florestal, numa certa escala, a matriz é a mata. Em uma área dominada por pastagens, a matriz são os

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

pastos. Nesta matriz, localizam-se manchas de outras unidades de paisagem (em uma matriz urbanizada, por exemplo, pode haver manchas de vegetação nativa, áreas agrícolas, etc.). O grau de ligação entre as manchas isoladas na paisagem representa a conectividade entre as unidades. A conectividade é importante do ponto de vista biológico porque é ela que determina o quão isoladas estão as espécies numa paisagem.

A teoria da biogeografia de ilhas foi a princípio usada para o delineamento de reservas naturais (Haila, 2002). Posteriormente, ajudou a delinear um objeto central na ecologia de paisagem, a *fragmentação*. Assim, a ecologia de paisagens, com base na biogeografia de ilhas, e usando como ferramentas Sistemas de Informação Geográfica, passou a tratar em grande medida de paisagens fragmentadas, ou seja, aquelas em que a matriz original foi substituída por outra, restando apenas manchas da matriz original, que seriam reservatórios das espécies nativas. O foco então passou a ser o estudo do que acontece com os remanescentes das paisagens modificadas pela ação humana.

A teoria da biogeografia de ilhas parte do princípio de que as populações naturais teriam pontos de equilíbrio em termos de taxas de crescimento e mortalidade. Esta ideia é baseada no modelo de Lotka-Volterra, importado da economia (Begon, et. al, 1990). O modelo ainda hoje é considerado importante, ensinado em qualquer disciplina introdutória de ecologia, mas mostrou-se na prática simples demais para explicar os processos de populações biológicas. Hoje os princípios de equilíbrio das populações naturais, que fazem parte das bases da biogeografia de ilhas esta sendo fortemente criticado (ver Pimm, 1991, Scoones, 1999 e Zimmerer, 2000) e, dentro da ecologia de paisagens, parte-se para visões de estudos de habitats fragmentados em perspectivas de não-equilíbrio (Haila, 2002).

A ecologia de paisagens trouxe para a ecologia, portanto, uma perspectiva espacial para ramos já consagrados da disciplina, como a ecologia de sistemas, de populações e de comunidades. Os ecólogos de paisa-

gem passaram então a lidar com a forma como indivíduos de uma população se distribuem no espaço heterogêneo, como comunidades se organizam neste espaço e como se dão os fluxos de matéria e energia entre os diferentes elementos da paisagem.

Talvez a maior lacuna da ecologia de paisagem, em termos conceituais, se refira ao papel da ação humana na análise. Enquanto o nascimento geográfico da disciplina se refere a processos de modificação da paisagem pelo ser humano, seu renascimento ecológico deu-se no sentido de utilizar conceitos ecológicos na delimitação de reservas naturais (Haila, 2002). No segundo caso, a paisagem aí não é mais o palco de ação humana, mas de processos ecológicos que se dão entre populações e comunidades biológicas. A teoria da biogeografia de ilhas trouxe como herança a parte dos ecólogos de paisagem o foco nas "ilhas" ou manchas de vegetação natural, como por exemplo fragmentos florestais vistos como "remanescentes" de vegetação natural em uma área desmatada. Há também diversos estudos que procuram paisagens "naturais" e aplicam os princípios da ecologia da paisagem ao estudo de animais e plantas em escalas relacionadas à área de ocupação e dispersão das espécies de interesse (ver, por exemplo, Andrén, 1994). No caso das abordagens de ecossistemas, existe uma independência maior da questão dos remanescentes de vegetação nativa, e entendem-se os processos na paisagem como fluxos de matéria e energia, sem um foco maior nas relações sociais.

Em termos das aplicações da ecologia de paisagens, percebe-se uma grande ênfase na questão do planejamento. Os estudos que enfocam populações biológicas buscam muitas vezes embasamento para o desenho de reservas naturais, na mais clássica tradição da biogeografia de ilhas. Estudos mais voltados para áreas profundamente modificadas, principalmente em países do hemisfério norte, buscam uma perspectiva de planejamento do uso e ocupação do solo, seja de áreas rurais ou urbanas. No segundo caso destacam-se abordagens mais vol-

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

tadas a área da geografia, tomando como base o conceito de *paisagens culturais*.

O termo *paisagens culturais* constitui, positivamente ou não, uma oposição à idéia de *paisagens naturais*. As *paisagens naturais* seriam aquelas em que os processos ecológicos/evolutivos tradicionalmente estudados na biologia seriam o principal fator explicativo, enquanto as *paisagens culturais* seriam aquelas em que o ação passada do homem é o que explica a paisagem.

Assim, a abordagem de paisagens culturais toma por princípio que a História é o principal método para compreensão da paisagem. A História aí é vista em termos de cronosequências de acontecimentos modificadores do espaço, e pode ser acessada por meio de mapas e outros documentos historiográficos, de pesquisas arqueológicas e de história oral.

Estes estudos são, em geral, feitos em áreas urbanas e rurais de países industrializados do hemisfério norte, tais como Itália (Farina, 2000), Suécia (Barthel et al, 2005) e Estados Unidos (Toupal, 2003). Uma grande parte dos autores está preocupado com questões de planejamento urbano e ordenação do território. Um índice disto é que muitos trabalhos sobre paisagens culturais são publicados em um periódico chamado *Landscape and Urban Planning*, voltado para aplicações, em uma zona de fronteira entre a geografia, o urbanismo e a ecologia. A definição da História como grande fator explicativo das paisagens deu origem a uma disciplina chamada *ecologia histórica* (Crumley, 1994).

Parece-me, no entanto, que o reconhecimento das questões históricas ligadas à paisagem acaba por promover uma análise rasa a respeito do que o campo da ecologia determinou como sua área de abrangência, os chamados *processos ecológicos*. Por exemplo, Farina (2000, p. 213) define paisagens culturais como

“áreas geográficas nas quais a relação entre atividade humana e o ambiente criou padrões ecológicos, sócio-econômicos e culturais, e mecanismos de feedback que governam a presença,

distribuição e abundância de conjuntos de espécies. Há muitos tipos de paisagens culturais, mas todas são dependentes das condições iniciais e da cultura em um determinado tempo.”⁷

O autor define, em seu artigo, que paisagens culturais seriam aquelas pré-modernas ou pré-tecnológicas, de base agrícola. Pressume que nelas o impacto da ação humana, brando e por um longo intervalo de tempo, teria permitido um convívio equilibrado entre conjuntos de espécies (não necessariamente os originais). Seriam paisagens modificadas, mas em equilíbrio. Esta representação da paisagem cultural procura ver nas paisagens rurais tradicionais da Europa uma espécie de paraíso sustentável, ameaçado pelas formas modernas de uso da terra.

A análise de Farina (2000) encontra ecos na discussão a respeito das ditas *populações tradicionais* e a conservação dos ambientes onde vivem. Se, por um lado, já parece consensual atualmente que praticamente todas as paisagens do planeta já interagiram de alguma forma com populações humanas (Balée, 2006), não podendo ser interpretadas como ambientes totalmente selvagens (Diegues, 1994), por outro lado também parece razoável interpretar que, pela diversidade de ambientes ocupados e práticas desenvolvidas por populações anteriores ou marginais à economia de mercado, os resultados de sua ação também devem ser variados (Cunha e Almeida, 2001). Juntando-se isto à tendência atual da ecologia de recusar a idéia de que as populações, comunidades e ecossistemas funcionam pela lógica do equilíbrio (Scoones, 1999; Zimmerer, 2000), parece-me uma generalização excessiva (e uma romantização) tratar as ditas *paisagens culturais* como paisagens em equilíbrio, mesmo que elas sejam avaliadas como mais equilibradas que as paisagens urbano-industriais, em termos de *serviços ambientais*.

Em outro artigo, Barthel et al. (2005) procedem a um estudo histórico e sociológico de um parque urbano de Estocolmo (National Urban Park). Os autores realizam uma pesquisa histórica dos usos da terra e formas de

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

manejo, um inventário social dos grupos ativos no parque e uma abordagem qualitativa dos serviços ecossistêmicos ligados a esses grupos. Os autores afirmam que a área apresenta uma das maiores diversidades biológicas da região, e a relacionam com três fatores: o regime de propriedade da terra historicamente constituído, as políticas de proteção e replantio de carvalhos existente na Suécia, e, por fim, a diversidade de biótopos existentes no parque, diversidade esta forjada pela ação histórica dos seres humanos. Esta grande diversidade estaria ameaçada face às novas formas de ocupação e expansão urbana em curso na cidade. Suas conclusões vão no sentido de negar a existência de um período sem manejo humano na área, e de propor institucionalmente propostas de *co-manejo adaptativo*, com base nos grupos sociais já atuantes na área.

Barthel et al. (2005) não partem da perspectiva de equilíbrio, estando inserido no debate a respeito dos sistemas sócio-ecológicos e de questões de resiliência. No entanto, não há uma maior problematização ecológica sobre o significado destes altos índices de diversidade. Estes, em si, são considerados bons.

Os pesquisadores com uma abordagem geográfica da ecologia de paisagens (o estudo de *paisagens culturais*) reconhecem a necessidade dos estudos ecológicos, e os pesquisadores com uma abordagem biológica da ecologia de paisagens (o estudo de *paisagens naturais*, ou da *ecologia de paisagens fragmentadas*) em geral reconhecem a importância da ação humana no processo. Não há, a princípio, antagonismo, o que constitui uma grande virtude da disciplina em termos de uma potencial análise integrativa. O que parece ocorrer é uma falta de ferramentas para lidar-se, simultaneamente, com ambas as questões.

Aparentemente, um desdobramento urgente das pesquisas desenvolvidas no campo da ecologia de paisagens é reconhecer que toda paisagem é um produto híbrido de natureza e cultura, ou seja, que metodologicamente não é desejável a oposição entre *paisagens*

naturais e paisagens culturais. Isto significa que o estudo abrangente das paisagens não pode ser baseado apenas em métodos tradicionais da ecologia, ou simplesmente em pesquisa histórica. E que tal afirmativa se aplica tanto ao estudo dos felinos de um Parque Nacional quanto à ocupação de uma área urbana. Certamente vários pesquisadores de paisagem compartilham da mesma posição colocada aqui. Mas como fazê-lo? Não tenho a pretensão, aqui, de resolver este problema, mas de apontar o caminho que escolhi seguir, que é um dos possíveis.

Um primeiro passo parece dizer respeito a pensar o *status* da ação humana nas análises. Mesmo quando o elemento humano é levado em conta, a abordagem em geral fica no plano dos *efeitos* das ações humanas sobre a paisagem, ou seja, no plano de como as práticas humanas se refletem na configuração da paisagem.

Há muitas décadas, os antropólogos, com perspectivas diversas, têm concluído que as práticas humanas estão embebidas de significados simbólicos e relações sociais. No referencial antropológico é problemático entender os impactos das práticas humanas sem entender o contexto mais amplo em que tais práticas se dão. Trocando em miúdos, os impactos das práticas sociais humanas só tem sentido com a análise das práticas, e as práticas só fazem sentido em seu contexto. E, mais ainda, o contexto das práticas é muitas vezes o contexto em que o próprio pesquisador está inserido, o que traz problemas importantes a respeito da objetividade possível neste tipo de análise. Viveiros de Castro (2002) prefere usar o termo *práticas de sentido* para lidar analiticamente com esta questão.

Isto deve causar um certo incômodo epistemológico. Parece, entretanto, haver uma convergência possível entre a ecologia e a antropologia, que dê margem a um campo discursivo comum: a ênfase nos processos. Tanto a ecologia que trata do *não-equilíbrio* quanto a antropologia contemporânea falam em processos. *Processos sociais* para os antropólogos, *processos ecológicos* para os

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

ecólogos. Assim, o estudo de *processos sócio-ecológicos espacializados na paisagem* parece uma forma híbrida de abordar a questão. Dessa forma, a configuração da paisagem inclui processos de produção e reprodução físicos e simbólicos, que em última instância são *relações*. O estudo dos processos sócio-ecológicos na paisagem é, então, nada mais do que o estudo de *relações na paisagem*.

Enfim, o ponto é que dizer que algo na paisagem é relacionado ao *fator antrópico* não parece resolver a questão. Isto é fundamental no estudo das paisagens porque grande parte dos trabalhos publicados tem um objetivo (ou pelo menos uma pretensão) de aplicabilidade, seja ela em termo de projetos de desenvolvimento, seja em embasamento de políticas públicas. A preocupação é entender os impactos para poder *planejar* futuras intervenções.

Acontece que, quando se salta do plano dos impactos para o plano das políticas, sem levar em conta os processos, muitas vezes incorre-se em soluções equivocadas, amparadas no senso comum no pesquisador, mascaradas com a autoridade do conhecimento científico. Sem um aprofundamento maior a respeito dos contextos, recorre-se a propostas simplistas, com altas doses de determinismo e pragmatismo. Este é um antigo problema da chamada *biologia da conservação* que se replica na ecologia de paisagens. A análise dos processos sócio-ecológicos abre a possibilidade de uma gama de soluções de (re)ordenação territorial porque pode mostrar uma miríade de soluções possíveis baseadas em diferentes *projetos de paisagem*.

Ademais, se formos levar a sério a idéia de que a produção do conhecimento acadêmico é desejável, mas que em última instância trata-se de verdades contextuais que provavelmente serão reelaboradas por futuros pesquisadores, e que estas verdades interagem com uma gama de outros processos, conhecimentos, desejos e poderes no plano da aplicação, não há porque imaginar que a melhor solução para o futuro de uma paisa-

gem são decisões centralizadas baseadas apenas na produção científica sobre ela.

Como dissemos anteriormente, a ecologia de paisagens é um campo híbrido e em construção. Se a questão da incorporação do *social* na análise não é bem resolvida, e isto tem bases na própria dicotomia natureza x cultura que persiste na estrutura disciplinar, esta incorporação aparece como desejável e mesmo necessária por diversos autores (Metzger, 2001 Pickett and Cadenaso 1995, Bastian, 2001). Este desejo muitas vezes aparece na forma de um desejo de reincorporar a "perspectiva geográfica" dos primórdios da ecologia de paisagem.

O que proponho aqui é algo um pouco diferente. Proponho que a ecologia de paisagens dialogue com a antropologia, por dois motivos. O primeiro é um desdobramento do que Troll já apontava nos anos de 1930. O autor entusiasmava-se com a possibilidade da abordagem horizontal (relações espaciais não-hierárquicas) da geografia poder dialogar com a abordagem vertical (de processos) da ecologia. Penso que a ecologia de paisagens, recheada com outras informações ecológicas, pode dialogar também com a etnografia, esta mistura de acompanhamento sistemático e apreensão subjetiva do cotidiano que constitui a principal forma de produção de conhecimento dos antropólogos.

Em segundo lugar, como discutido anteriormente, há na antropologia contemporânea um longo debate, de nenhuma maneira resolvido, sobre formas de romper com a dicotomia natureza x cultura, que pode trazer um pouco de frescor à forma como esta disciplina em formação tem visto a ecologia no espaço.

Bastian (2001, p. 761-762) afirma que:

"uma concepção mais ampla de paisagem unifica uma variedade de aspectos ecológicos, estéticos, sociais e psicológicos, e supera filosoficamente a a contradição entre as ciências naturais e as humanidades. Duvido, no entanto, que o termo 'ecologia de paisagens' é o mais favorável para esta 'meta-ciência'. (...) Em minha opinião a ecologia de paisagens

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

nao pode refletir todos os fatos e relações, mas pode e deve adicionar questões essenciais ao contexto geral das relações natureza-ambiente-sociedade”.⁸

Em concordância com Bastian, procuramos então aqui esta “concepção mais ampla de paisagem”, fora do campo da ecologia de paisagens, mas dialogando com ele. A abordagem de heterogeneidade espacial, a idéia de mosaico, o foco em fluxos e redes na paisagem, a questão da escala, o abandono no foco no equilíbrio, são importantes elementos trazidos pela ecologia de paisagens para a compreensão da paisagem como espaço sócio-ecológico. Da abordagem geográfica da ecologia de paisagens (mas não só dela), podemos guardar a necessidade de um olhar histórico, e a idéia de que não é possível entender a paisagem sem entender a ação humana.

7. Etnografia do espaço sócio-ecológico

A etnografia, a escrita antropológica, talvez seja um dos únicos pontos de convergência entre as diversos ramos da antropologia. Certamente a etnografia feita por um antropólogo de tendências pós-modernas não é a mesma de um antropólogo com um olhar mais positivista. Com mais ou menos certeza sobre a realidade dos fatos que estudam, dando mais ou menos voz aos seus “nativos”, os antropólogos sempre confiaram nos cânones estabelecidos desde “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (Malinowski, 1978). Assim, a etnografia hoje continua sendo baseada, no plano ideal, na imersão proporcionada pela pesquisa de campo intensiva, e pode abranger o acompanhamento sistemático do cotidiano, a interpretação dos discursos dos sujeitos de pesquisa, a organização de informações objetivamente ou subjetivamente obtidas, a interpretação de códigos de conduta.

O cientificismo de Malinowski e sua pretensão de mimetizar o ponto de vista dos nativos foi muito debatida ao longo de toda a história da antropologia. Geertz (1996) talvez tenha sido o antropólogo cuja crítica à observação participante, em prol da etnografia para

fins interpretativistas, deu maiores repercussões, desembocando nas posteriores abordagens ditas pós-modernas nos EUA (Clifford e Marcus, 1986). Sua descrição densa, entretanto, no nível dos procedimentos, é uma variante da observação participante.

Goldman (2003) recupera a perspectiva malinowskiana em outra chave, advogando que se entenda a observação participante proposta por Malinowski não como uma implausível metamorfose do antropólogo em nativo, mas como um *devir-nativo*, ou seja, que o antropólogo seja afetado pelas mesmas forças que afetam o nativo. “*Não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação*”. (Goldman, 2003, p. 465). Assim, uma teoria etnográfica teria “*o objetivo de elaborar um modelo de compreensão de um objeto social qualquer (linguagem, magia, política) que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade em outros contextos.*” (Goldman, 2003, p. 460).

A idéia aqui não é falar “em nome da antropologia”, aplicando o que seria um método estabelecido e coeso da disciplina em uma área de fronteira. Estabelecido, sim, coeso não. Nem estou seguro de que possa ser chamada de método. Talvez a etnografia seja tão “resiliente” (para usar um termo da ecologia) por causa de suas múltiplas facetas. Pretendo aqui defender a etnografia do espaço sócio-ecológico como uma forma de produzir um conhecimento híbrido em direção a uma *antropologia simétrica da paisagem*.

Mas como etnografar a paisagem num viés sócio-ecológico? Por meio de relações, me parece. A antropologia hoje parece poder começar a se libertar da máxima durkheimiana de “o social se explica pelo social”, ainda confiando na afirmação, mas mudando o sentido do que é o social.

Viveiros de Castro (2003) acredita que

“a antropologia deve escapar de seu destino auto-imposto e manter-se firme-

mente focada em seu objeto adequado: relações sociais em todas as suas variações. Não relações sociais tomadas como um domínio distinto (isto não existe), mas todos os fenômenos como potencialmente formados por e resultando em relações sociais. Isto significa tomar todás as relações como sociais.”⁹

Uma antropologia da paisagem, nesta chave explicativa, precisa recorrer às relações existentes na paisagem, não só entre seres humanos. A identificação de tais relações remete a como os sujeitos envolvidos nesta paisagem a concebem (no duplo sentido de conceber: o de ter idéias a respeito e o de dar origem a), e também a como o antropólogo percebe tais relações.

Almeida (1999) afirma que a intersubjetividade é possível a partir de *acordos pragmáticos*, ainda que parciais, sobre as conseqüências da ação sobre o mundo.

“Todos nós sabemos, intuitivamente, transformar um objeto visto de diferentes ângulos e de diferentes perspectivas, unificando essas aparências na idéia de um objeto invariante. Deveríamos também ser capazes de nos transformarmos em diferentes sujeitos, e assim olharmos para um mesmo objeto de diferentes ângulos. Trata-se de reconhecer a diversidade juntamente com a invariância. Quanto a isso, a lição do relativismo matemático e físico seria muito útil e teria algo a ensinar aos antropólogos. Essa lição é a de que podemos formular leis objetivas, significando isso que observadores diferentes podem pôr-se de acordo sobre suas diferentes observações, desde que saibam como convertê-las umas nas outras através do grupo de transformações adequadas.” (Almeida, 1999, p. 10).

Uma etnografia do espaço sócio-ecológico seria então como a fabricação artesanal de um mosaico. A partir diferentes concepções sobre a paisagem, que mais do que dar diferentes respostas às mesmas perguntas, *permitem a formulação de diferentes perguntas* a se responder, pode-se justapor, sobrepor e hibridizar diferentes matrizes inteligíveis de compreensão de mundo, de modo a criar

uma compreensão ampla de paisagem que possa ser vista como um todo pelo leitor, mas que ele possa perceber as diferentes matrizes lógicas que as compõem, as unidades heterogêneas do mosaico.

O que chamo de “diferentes matrizes lógicas” são as diferentes práticas de sentido de diferentes sujeitos ou grupos sociais que agem na dinâmica da paisagem. Estes sujeitos podem ser tanto sujeitos tradicionalmente considerados *outros* na antropologia como sujeitos tradicionalmente considerados *nós* (antropólogos, cientistas). Não se trata mais, entretanto, de uma *antropologia da ação* (Gluckman 1958, Turner, 1957), mas de uma *antropologia simétrica* (Latour, 1994; 1999), em um tempo que a disciplina parece ter resolvido a dicotomia simbolismo X materialismo.

Enfim, a partir de diferentes concepções a respeito do que ocorre no espaço com entes humanos e não humanos, o pesquisador pode formular redes sócio-ecológicas simétricas de humanos e não-humanos, deixando clara a procedência dos elementos dessa rede. A costura de quem etnografa precisa aparecer, não como um exercício de narcisismo, mas para permitir ao leitor perceber o processo de fabricação do mosaico. Afinal, o antropólogo é ele mesmo um ser situado socialmente, e a etnografia é também uma prática de sentido.¹⁰ Temos aí o esboço de uma antropologia simétrica da paisagem.

Conclusões: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Este artigo tem a dupla pretensão de dialogar com antropólogos e ecólogos envolvidos com questões sócio-ambientais. Para isso julguei necessária esta abordagem que pode ser lida como excessivamente revisionista. Tento, agora, atar os nós finais de minha argumentação.

Como afirmado anteriormente, a abordagem de paisagens me parece, na ecologia, um dos campos mais promissores em formular diálogos férteis. Pelas dificuldades da história da disciplina em incorporar o fator humano, no atual “estado da arte” da eco-

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

gia de paisagens, busca-se uma maior interação com as ciências sociais e a geografia.

A idéia de paisagem nunca foi explicitamente um foco privilegiado da antropologia, mas sempre se fizeram recortes espaciais nas etnografias. Sempre se estudou "alguém em algum lugar". A questão mais específica que este artigo coloca poderia vir de um ecólogo de paisagem: *como a antropologia pode colaborar com a ecologia em um enfoque de paisagem?*

Em primeiro lugar, acho razoável partirmos do princípio de paisagem como uma porção arbitrária de espaço, à moda da ecologia da paisagens. Assim, critérios de relevância caso a caso podem ser escolhidos para balizar o recorte da análise. Nisso a antropologia também converge com a ecologia de paisagens. Também à moda da ecologia de paisagens, o foco da explicação da heterogeneidade do espaço como objeto de análise parece um tema amplo o bastante para acomodar diferentes tipos de perguntas de diferentes sujeitos.

Se há pesquisadores da área biológica debruçados sobre a heterogeneidade espacial, e estes desejam colaborar com cientistas sociais e com populações locais, o trabalho do antropólogo seria o de etnografar este tipo de situação. Quais as perguntas que os ecólogos fazem? Com base em que fazem estas perguntas? Como os ecólogos produzem seu conhecimento sobre o espaço? Qual o conteúdo que acompanha estes *como fazer?* As mesmas perguntas valem para outros grupos sociais envolvidos com a produção daquela paisagem. Etnografar para tornar estas perguntas e respostas inteligíveis entre os diferentes grupos e ao leitor externo à questão é o ofício do antropólogo.

Não é uma idéia exatamente original, após mais de quinze anos em que a interdisciplinaridade virou termo da moda (e parece já ter saído de moda). A novidade, e a especificidade da questão da paisagem, na relação entre ecologia e antropologia, vem da possibilidade de se exercitar a tal *antropologia simétrica* de Latour, em que o *social* se amplie para relações entre humanos e

não-humanos. As redes espaço-temporais de entes humanos e não-humanos na paisagem só podem ser formuladas a partir de um diálogo, que se dá em termos etnográficos, entre o antropólogo, os ecólogos, os *locais* e outros. Quando Viveiros de Castro (2003) propõe radicalmente que os antropólogos levem a sério seus nativos, isso significa levar a sério formulações a respeito de equilíbrio e não equilíbrio, inclusive compreendendo como elas mudaram no tempo; e significa levar tão a sério quanto *teorias nativas* sobre como formigas transformam-se em cipós e pajés em mapinguaris (Raimundo, em preparação).

O *não-humano*, que não pode ser interrogado pelo antropólogo, nesta chave é interrogado por ecólogos, benzedeiros, caçadores, fazendeiros. A tarefa do antropólogo, ao etnografar estas redes, é a de justapor, sobrepor, hibridizar estes processos de interrogação para criar um mosaico etnográfico minimamente inteligível. Como os matemáticos, saber fazer os procedimentos adequados de conversão (Almeida, 1999). Assim somos capazes de produzir conhecimentos que, se quisermos, podemos chamar de interdisciplinares.

Por fim, devo esclarecer que, se me apego à paisagem como campo de convergência é por minha experiência de pesquisa e colaboração com ecólogos em um projetos desta natureza (Prado, 2006). Desse modo posso dar uma contribuição em termos metodológicos para pesquisas com enfoque sócio-ambiental. Acredito, porém, que minha argumentação geral vai além do uso de um recorte espacial, ou da idéia de paisagem. Há diversas abordagens possíveis numa etnografia ligada às chamadas questões sócio-ambientais. Espero, por fim, ter convencido o leitor de que é possível recorrer à etnografia para cruzar perspectivas científicas e não-científicas numa base comum de entendimento, deixando ruir as barreiras de purificação entre o campo dos estudos do *social* e o campo dos estudos do *natural* e deixando emergir os hibridismos dos imponderáveis da mundo real.

Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem

Pedro Castelo Branco Silveira

Notas

¹ Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado em Ciências Sociais (FCH/ Unicamp) chamada "Processos sócio-ecológicos: uma antropologia da paisagem em São Luiz do Paraitinga, SP", apoiada pelo CNPq e inserida no projeto "Biodiversidade e Processos Sociais em São Luiz do Paraitinga, SP", apoiado pela FAPESP dentro do Programa Biota.

² As questões sócio-ambientais surgiram a partir do início da década de 1990, quando valorizou-se academicamente e no seio dos movimentos sociais a idéia de que problemas ambientais e problemas sociais poderiam ter uma solução conjunta. No Brasil, um dos trabalhos mais representativos nessa linha é da ONG Instituto Socioambiental (ISA). Para uma análise desta questão, ver Cunha e Almeida (2001) e Escobar (1996).

³ Ver Boaventura de Sousa Santos (1999) e Bruno Latour (1994), que discutem este esgotamento explicativo de formas diferentes.

⁴ Temos atualmente uma visão mais sofisticada desta posição na antropologia ecológica de Emilio Morán (1998).

⁵ Este debate se dá concomitante a outro, em que cultura também pode causar natureza: aquele relacionado ao impacto das novas tecnologias no conceito de ser humano (Haraway, 1989; Strathern, 1992; Rabinow, 1999).

⁶ "the classification of plants and animals is only a limited aspect of the social objectivation of nature, this process by which culture endows with a particular salience certain feature of its environment and certain forms of engagement with it. To understand such a process, one must also take on account such dimensions as ontologies of non-human beings, spatial representations of social and non-social domains, ritual prescriptions and proscriptions of beings, etc."

⁷ "geographic areas in which the relationships between human activity and the environment have created ecological, socioeconomic, and cultural patterns and feedback mecha-

nisms that govern the presence, distribution and abundance of species assemblages. There are many types of cultural landscapes, but all are historically dependent on initial conditions and on culture of a given time. Paradigms developed by the field of landscape ecology can be used to explain the ecological relevance of cultural landscapes and their capacity to inform and guide other human activities, especially in the economic sphere."

⁸ "... a broad landscape conception unifies the variety of ecological, aesthetic, social and psychological aspects, and it philosophically supersedes the contradiction between natural sciences and humanities. I doubt, however, that the term landscape ecology is the most favourable one for such a broad 'meta-science'. (...) In my opinion, landscape ecology cannot reflect all facts and relations. But it can and should put special issues into the overall context of nature-environment-society."

⁹ "I believe anthropology must escape self-imposed doom and keep firmly focused on its proper object: social relations in all their variations. Not social relations taken as a distinct domain (there is no such thing), but all phenomena as potentially comprising or implying social relations. This means taking all relations as social."

¹⁰ Afinal, como dizem Descola e Pálsson (1996:6), "mesmo que a experiência de pesquisa de campo envolva momentos altamente 'pessoais', não é simplesmente um empreendimento solitário, uma reflexão monológica de um observador independente. A etnografia é um produto dialógico envolvendo colegas, esposas, amigos e vizinhos- o resultado coletivo de uma 'longa conversa'." ("while the experience of fieldwork does involve highly 'personal' moments, it is not simply a solitary enterprise, the monological reflection of an independent observer. Ethnography is a dialogic product involving colleagues, spouses, friends and neighbours- the collective result of a 'long conversation'").

Etnografia e
questões sócio-
ambientais:
esboço de uma
antropologia
simétrica da
paisagem

Pedro Castelo
Branco Silveira

Referências Bibliográficas

- AGRAWAL, A. *Dismantling thdivide between indigenous and scientific knowledge*. Development and Change 26(3): 413-39, 1995.
- ALMEIDA, M. *Guerras culturais e relativismo cultural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais 14(41), pp. 5-41, 1999.
- ALTIERI, M. *Agroecologia*. Rio de Janeiro, AS-PTA/ FASE, 1989.
- ANDRÉN, H. *Effects of habitats fragmentation on birds and mammals in landscapes with different proportions of suitable habitats*. Oikos 71 (355-66), 1994.
- BALÉE, W. *People of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America*. In: Redford, K. and C. Padoch, 1992. *Conservation of Neotropical Forests*. Nova York, Columbia University Press, 1992.
- BALÉE, W. *The research program of Historical Ecology*. Annual Review of Anthropology 35, 2006.
- BARTHEL, S.; J. COLDING; T. ELMQVIST e C. FOLKE. *History and local management of a biodiversity rich, urban cultural landscape*. Ecology and Society 10(2), 2005.
- BASTIAN, O. *Landscape ecology: towards an unified discipline?* Landscape ecology 16 (757-66), 2001.
- BEGON, M.; J. L HARPER e C.R. TOWNSEND. *Ecology: individuals, populations and communities*. Blackwell, Oxford, 945 pp., 1990.
- BEGOSSI, A. *Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente*. Interciência, 18(3): 121-132, 1993.
- BERKES, F. *Sacred ecology, traditional ecological knowledge and resource management*. Taylor and Francis, Philadelphia, EUA, 1999.
- BERLIN, B. *Ethnobiological classification: principles of categorization of plants and animals in traditional societies*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1992.
- BRANDON, K.; K. REDFORD e S.E. SANDERSON. *Parks in peril: people, politics and protected áreas*. Island Press, EUA, Washington D.C., 1998.
- CLIFFORD, J. e MARCUS, G. E. (eds.), *Writing culture. The poetics and politics of ethnography*, Berkeley, University of California Press, pp. 141-64, 1986.
- CUNHA, M. C. e M. ALMEIDA. *Populações tradicionais e conservação*. In: Instituto Socioambiental, 2001. *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. Ed. Estação Liberdade, 2001.
- CRUMLEY, C (ed). *Historical ecology: cultural knowledge and changing landscapes*. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1994.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- DESCOLA, P. *In the society of nature: a native ecology in Amazônia*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- DESCOLA, P. e G. Pálsson. *Nature and Society: anthropological perspectives*. London, Routledge, 1996.
- DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocada*. Nupaub/USP, São Paulo, 1994.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1966.
- ESCOBAR, A. *Encountering development*. Princeton University Press, 1996.
- ESCOBAR, A. *Whose nature, whose knowledge?* Journal of Political Ecology 5, 1998.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- FARINA, A. *The cultural landscape as a model for the integration of ecology and economics*. BioScience 50: 313-20, 2000.
- FORMAN, R.T.T. e M. Godron. *Landscape Ecology*. New York, Wiley, 1986.
- GASTON, K.J. e J.I. Spicer. *Biodiversity: an introduction*. Blackwell Science, 1998.
- GEERTZ, C. *O saber local*. Jorge Zahar Ed., 1996.
- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna". In: Feldmann-Bianco, B. (org.), 1989. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, pp. 227-344, 1987.

- HAILA, Y. *A conceptual genealogy of fragmentation research: from island biogeography to landscape ecology*. *Ecological Applications* 12 (321-34), 2002.
- HANNERZ, U. *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. *Mana* 3(1) 7-39, 1997.
- HARAWAY, D. *Primate visions – Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York, Routledge, 1989.
- HOLLING, C. S. *Adaptive environmental assessment and management*. John Wiley, New York, USA, (ed.), 1978.
- KUNN, T.S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, University of Chicago Press, 1970.
- KREBS, J.R. e N.B. Davis. *Introdução à ecologia comportamental*. São Paulo, Atheneu, 420 p., 1996.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, Ed., 34, 1994.
- LATOUR, B. *Pandora's hope: essays on the reality of Science Studies*. Cambridge, Harvard University Press, 1999.
- LEACH, E. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo, Edusp, 1995.
- MAC ARTHUR, R.H. e E.O. Wilson. *The theory of island biogeography*. Princeton, Princeton University Press, 1967.
- MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. Série "Os Pensadores", ed. Abril, São Paulo, SP., 1978 [1922].
- MARQUES, J. G. W. *Pescando Pescadores*. Nupaub-USP/Hucitec, 1996.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós*. In: Mauss, M., 2003. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Ed. Cosac & Naif, 2003 [1906].
- METZGER, J.P. *O que é ecologia de paisagens?* *Biota Neotropica* 1 (1), 2001.
- NYGREN, A. *Local knowledge in the environment-development discourse*. *Critique of Anthropology* 19(3): 267-288, 1999.
- NUGENT, S. *Ecologism as an idiom in Amazonian Anthropology*. In: Anderson, D. E Eeva Berglund, 2003. *Ethnographies of Conservation: environmentalism and distribution of privilege*. New York, Berghahn Books, 2003.
- ODUM, E. *Fundamentals of Ecology*. Philadelphia, EUA, Saunders, 1953.
- OVERING, J. *Images of cannibalism, death and domination*. In: A "non-violent" society. *J. S. Amer.* 72: 133-56, 1986.
- PICKETT, S.T.A. and M.L. Cadenasso. *Landscape ecology: spatial heterogeneity*. In: *Ecological systems*. *Science* 269 (331-34), 1995.
- PIMM, S.L. *The balance of nature?* Chicago, University of Chicago Press, 1991.
- POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. New York, Harper, 1959.
- POSEY, D. *Indigenous Ecological Knowledge and Development in Amazon*. In: Morán, E. *The dilemma of Amazonian development*. Westview Press, 1983.
- PRADO, P.I.K.L. *Biodiversidade e processos sociais em São Luiz do Paraitinga*. Relatório Final de pesquisa apresentado à Fapesp (mimeo), 2006.
- PRETTY, J. *Participatory learning for sustainable agriculture*. *World development* 23(8): 1247-63, 1995.
- RABINOW, P. *French DNA: trouble in purgatory*. Chicago, University of Chicago Press, 1999.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis, Vozes, 1973 [1952].
- REDFIELD, R. *Civilização e cultura de folk*. São Paulo, Livraria Martins ed., 1949.
- REDFORD, K. and C. PADOCH. *Conservation of Neotropical Forests*. Nova York, Columbia University Press, 1992.
- SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto, ed. Afrontamento, 1999 [1987].
- SCOONES, I. *New ecology and the social sciences: what prospects for a fruitful engagement?* *Annual Review of Anthropology* 28 (479-507), 1999.
- SILVEIRA, P. C. B. *Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)*. Campinas, São Paulo, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.
- STEWART, J. *Cultural Ecology*. *Enc. Soc. Sci.*, 4: 337-44, 1968.

- STRATHERN, M. *Reproducing the future*. London, Routledge, 1992.
- TERBORGH, J. *Tornando parques eficientes*. Curitiba, ed. UFPR, 2002.
- TOLEDO, V. *What's etnoecology?* *Etnoecologica* 1 5-21. 1992.
- TOUPAL, R.S. *Cultural landscapes as a methodology for undersatnding natural resource management impacts in Western United States*. *Conservation Ecology* 7(1), 2003.
- TROLL, C. *Luftbildplan und ökologische Bodenforschung*, p. 241-298. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde*, Berlin, 1939.
- TURNER, V. *Schism and continuity in an African society: A study of Ndembu village life*. Manchester, England: Manchester University Press, 1957.
- TURNER, M.G. *Landscape ecology: the efect of pattern on process*. *Annual Review of Ecology and Systematics* 20, 171-97, 1989.
- TURNER, .G. *Landscape ecology: what's the state of the science?* *Annual Review of Ecology, Evolution and Systematics* 36: 319-44, 2005.
- VELHO, O. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana* 7(2): 133-140, 2001.
- VÁRIOS AUTORES. *Encontro Nacional de Agroecologia: Anais*. Rio de Janeiro, AS-PTA/ CTA/ FASE, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Images of nature ans society in Amazonian ethnology*. *Annual Review of Anthropology* 25, 1996.
- _____. *Cosmological deixis and Amerindian Perspectivism*. *The Journal of the Royal Anthropological Institute* 4(3): 469-488, 1998.
- _____. *O nativo relativo*. *Mana* 8(1): 113-48, 2002.
- _____. (anthropology) AND (science). *ASA Decennial Conference dinner*. Manchester, UK, 2003.
- WILSON, E.O. *Sociobiology: the new synthesis*. Harvard University Press, 1975.
- ZIMMERER, K.S. *The reworking of conservati-on geographies: non-equilibrium landscapes and nature-society hybrids*. *Annals of the Association of American Geographers* 90 (356-69), 2000.

Etnografia e
 questões sócio-
 ambientais:
 esboço de uma
 antropologia
 simétrica da
 paisagem

Pedro Castelo
 Branco Silveira